

CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Ana Kerlly Silva Coelho¹

Ana Cláudia de Oliveira Segura²

RESUMO

O presente trabalho é um estudo teórico de revisão bibliográfica, cujo objetivo geral foi analisar a contribuição das bibliotecas para as comunidades quilombolas, identificando as potencialidades de uma biblioteca para a comunidade, caracterizando as comunidades quilombolas e destacando as possibilidades de uma biblioteca em um ambiente quilombola. Ressalta a importância da biblioteca para todos os grupos sociais. Conceitua, caracteriza e apresenta um breve histórico sobre os quilombos. Reafirma a importância da biblioteca na preservação da herança cultural e promoção do direito à cidadania dos quilombolas. Constata que as bibliotecas têm um papel essencial na preservação da memória, identidade e direitos das comunidades quilombolas, promovendo ações que possam garantir a emancipação e o protagonismo dessas comunidades, e atuando como espaço de resistência e afirmação dos direitos desses grupos, que historicamente enfrentam grandes desafios sociais.

Palavras-chave: quilombo; biblioteca; memória; identidade; preservação cultural; herança cultural.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a contribuição das bibliotecas para as comunidades quilombolas. Nesse contexto, as bibliotecas, enquanto agências transformadoras sociais, desempenham um papel essencial na preservação da herança cultural, no exercício da cidadania e no fortalecimento da identidade dessas comunidades.

O interesse por este tema emergiu a partir das minhas vivências, especialmente no período da infância. Sou uma mulher negra, natural do Nordeste, nascida em Icatu, município localizado na região metropolitana de São Luís do Maranhão. Durante a minha infância, não tive acesso a uma biblioteca, nem sequer tinha conhecimento de sua existência. Contudo, havia um tio que se voluntariava para alfabetizar as crianças da comunidade de Santa Luzia. Ele recebia doações de livros didáticos e organizava as aulas em um espaço improvisado, construído com pau a pique, popularmente

¹ Cursando Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

² Orientadora. Professora do curso de Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

conhecido na região como 'casa de taipa'. Nesse ambiente, realizavam-se os encontros de alfabetização, que não apenas nos permitiam aprender o alfabeto, mas também a nos socializar. No entanto, o conceito de biblioteca nunca foi abordado, assim como a ideia de promoção cultural.

Um tempo depois, ingressei no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), motivada por minha vivência pessoal com a falta de acesso a bibliotecas durante a infância e a adolescência. Essa realidade de exclusão do acesso à informação e à cultura despertou em mim o interesse em pesquisar e entender a situação das bibliotecas nas comunidades quilombolas. Nesse contexto, a pergunta de pesquisa que orienta este estudo é: "Qual (is) a contribuição das bibliotecas para o desenvolvimento das comunidades quilombolas no Brasil?"

A partir disso, o objetivo geral deste trabalho é analisar a contribuição das bibliotecas para as comunidades quilombolas, tendo como objetivos específicos identificar as potencialidades de uma biblioteca para a comunidade; caracterizar as comunidades quilombolas e destacar as possibilidades de uma biblioteca em um ambiente quilombola. Trata-se de um estudo teórico de revisão bibliográfica, tendo como fonte de pesquisa livros, artigos de periódicos e bases de dados.

O artigo está estruturado da seguinte forma: a seção 2 apresenta A Biblioteca e Suas Potencialidades; a seção 3 discorre Sobre Quilombos; seção 4 descreve a Metodologia utilizada; a seção 5 apresenta Análise Sobre a Contribuição das Bibliotecas para as Comunidades Quilombolas; dividida em subseções sobre a preservação da herança cultural e a promoção do direito à cidadania; e, finalmente, a seção 6 apresenta as Considerações Finais, destacando as principais ideias do tema pesquisado.

2 A BIBLIOTECA E SUAS POTENCIALIDADES

Conforme Milanesi (1997), a biblioteca é reconhecida como uma das instituições mais antigas e frequentemente associadas à cultura. Desde o início da humanidade, a biblioteca vem sendo a instituição que tem colecionado e organizado conhecimentos, destacando - se em Alexandria nos tempos de Cristo e proliferando nos mosteiros medievais como repositório do saber humano. Além disso, desempenhou um papel importante no projeto de colonização luso através da catequese.

Silva e Cavalcante (2018) destacam que, historicamente, as bibliotecas desempenham uma função memorial importante, sendo percebidas como espaços centrais na preservação da memória, da cultura e do conhecimento humano, atuando como agências transformadoras nos processos sociais. Nesse contexto, conforme apontam Shera (1972) e Milanesi (2023), as bibliotecas têm um papel crucial na preservação da herança cultural e do conhecimento, funcionando como a memória coletiva da humanidade, transportando saber ao longo dos séculos e informações fornecidas capazes de gerar novas camadas de saber.

As autoras Oliveira e Rodrigues (2009) afirmam que a memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-la às novas gerações por meio de diversos registros, como sonoros, imagéticos e textuais. Nesse sentido, a biblioteca exerce um papel fundamental na preservação da memória. Complementando essa visão, Silva (2011, p. 37) destaca que “as bibliotecas agrupam-se, através de suas coleções, pensamentos e ideias de indivíduos distintos, independentemente do suporte em que essas ideias estejam inseridas”. Além disso, ressalta que “as bibliotecas propiciam uma relação entre algo registrado e alguém que interage com esse registro; são organismos vivos em constante movimento.

Conforme destacam Castrillón (2011) e Crippa (2015), a biblioteca desempenha um papel essencial contribuindo para a inserção dos cidadãos na vida social e política e incentivando a participação e o exercício da cidadania. Ao funcionar como um espaço comum e acessível a todos, a biblioteca fortalece a consciência cidadã e se torna-se uma referência essencial, atendendo às diversas demandas da comunidade e oferecendo soluções coletivas para problemas comuns. Nesse sentido, Ribeiro (2013) afirma que

a biblioteca se torna atuante quando presta serviços à comunidade, aproxima-se dela e participa integralmente da tomada de decisões. Ela presta serviços a qualquer cidadão, conhecendo suas necessidades informacionais, na tentativa de que todos utilizem de alguma forma seus serviços. (Ribeiro, 2013, p. 5).

Castrillón (2011) complementa essa visão, afirmando que as bibliotecas devem ser meios concretos de luta contra a exclusão social e as desigualdades, criando espaços para debates que envolvem tanto maiorias quanto minorias.

Nesse sentido, o Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de 1994, reforça a ideia de que uma biblioteca deve ser um espaço inclusivo, promovendo a igualdade de acesso à

informação para todos, independentemente de suas características ou condições sociais.

Ainda sobre o assunto, Silva (2017) complementa ao enfatizar que esse acesso deve ser inclusivo, garantindo a participação de todos, independentemente de sua condição econômica, étnico-racial, religiosa ou de origem. Nesse contexto, Targino, Torres e Alves (2012) definem que a informação é um elemento essencial para o exercício da cidadania, pois amplia o conhecimento, fortalece a identidade cultural, organiza ideias e provoca mudanças significativas na forma de pensar, estudar, trabalhar e se comunicar.

O destaque sobre a biblioteca é apontado por Silva e Silva (2005), que a biblioteca, por meio do acesso à informação e da leitura, desempenha um papel dinâmico na educação e no aprendizado, ajudando os indivíduos a desenvolverem uma visão crítica e social.

Nessa perspectiva, Marques (1998) ressalta a interação entre o autor, que deixa suas marcas no texto, e o leitor, que revitaliza e ressignifica o conteúdo por meio da leitura. Assis e Palhares (2015) ressaltam a importância de uma biblioteca possibilitar que os leitores compreendam e se conectem com a produção escrita da sociedade.

Em 2008, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) publicou o Manifesto da Biblioteca Multicultural, com diretrizes para que os bibliotecários lidem com a diversidade cultural, étnica, racial, de classe, gênero e nacionalidade de seus usuários, na visão de Silva e Lima (2019). Nesse contexto, os autores, ainda enfatizam que o multiculturalismo nas bibliotecas deve ser refletido no acervo.

Rasteli e Caldas (2017) afirmam que os serviços das bibliotecas devem ser orientados pelos princípios das liberdades fundamentais e da equidade no acesso à informação e ao conhecimento, respeitando as identidades culturais de cada indivíduo. Além disso, Milanesi (1985) destaca que o acesso livre às fontes de informação é uma prática de liberdade, que se desdobra-se infinitamente, permitindo o exercício contínuo da liberdade intelectual e cultural.

3 SOBRE OS QUILOMBOS

Leite (2008, p. 965) explica que o termo "quilombo", originário das línguas bantu, significa "acampamento guerreiro na floresta" e foi popularizado no Brasil pela administração colonial. A palavra passou a ser utilizada para descrever as unidades

de apoio mútuas formadas pelos rebeldes ao sistema escravista, representando a resistência e a luta pela liberdade.

Sobre o assunto Munanga (1996) complementa, esclarecendo que a expressão "quilombo" tem origem nos povos de línguas bantu, sendo a palavra (Kilombo) aportuguesada para "quilombo". Para contextualizar essa ideia, Carneiro (1958, p. 14) acrescenta que "o quilombo é uma reafirmação da cultura e do estilo de vida africano, o tipo de organização social criado pelos quilombolas era tão próximo do tipo de organização então dominante nos Estados africanos". Ele também destaca que "o quilombo revela-se como um fato novo, único, peculiar, uma visão dialética".

Nesse contexto, a palavra "quilombo" adquiriu um significado especial para os libertos, passando a simbolizar sua trajetória e conquista pela liberdade. O Quilombo dos Palmares, em particular, tornou-se um dos exemplos mais emblemáticos dessa resistência, destacando-se como um movimento rebelde que se opôs à administração colonial por quase dois séculos (Leite, 2008).

De acordo com Pereira *et al.* (2016), Palmares é considerado um dos primeiros quilombos a ser reconhecido na historiografia como um símbolo da resistência e da luta organizada dos povos escravizados contra o sistema escravocrata do período colonial, liderados por Zumbi e seu tio, Ganga-Zumba. Nesse contexto, Gomes (2011) destaca que Palmares está localizado entre os estados de Alagoas e Pernambuco, no coração do Império Português na região do Atlântico Sul, caracterizada pela abundância de palmeiras, sendo uma inspiração para o nome do quilombo. No entanto, segundo Bispo (2015), o quilombo foi desmantelado em 1695, conforme a historiografia oficial.

Segundo Barbosa e Schuma (2010) os quilombos eram comunidades onde os quilombolas viviam em paz, em um ambiente de fraternidade racial. Essas comunidades eram compostas por uma população heterogênea. Nesse contexto, Nascimento (1980) reforça que os quilombos não eram apenas locais de fuga de negros escravizados, mas sim espaços de encontro fraterno, onde predominava a solidariedade, a convivência e a comunhão existencial entre seus membros. Essas conexões indicam que os quilombos eram espaços de resistência e também de construção coletiva.

De acordo com Arruti (2008), o conceito contemporâneo de quilombo reflete a busca por uma maior pluralização de direitos, levando em consideração a diversidade histórica, étnica e cultural da população brasileira. Nesse contexto, para Grossi, Cruz

Júnior e Machado (2015), o termo “quilombo” passou por um processo de ressignificação pelos movimentos sociais, sendo adotado como símbolo de luta pela liberdade e cidadania dos afrodescendentes. Esse processo resultou em uma série de conquistas significativas, expandindo o quilombo em um ícone de resistência e reivindicação por direitos negados aos afrodescendentes. Nesse sentido, Leite (2008) explica a que abrangem os respectivos direitos legais.

Os principais aspectos abordados por Leite (2008, p. 969-970) sobre o quilombo incluem:

1. Quilombo como direito à terra, como suporte de residência e sustentabilidade há muito almejadadas nas diversas unidades de agregação das famílias e dos núcleos populacionais compostos majoritariamente, mas não exclusivamente de afrodescendentes.
2. Quilombo como um conjunto de ações em políticas públicas e ampliação de cidadania, entendidas em suas várias dimensões.
3. Quilombo como um conjunto de ações de proteção às manifestações culturais específicas. (Leite, 2008, p. 969-970).

Historicamente, Xavier Filho (2020) destaca que, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, o termo "quilombo" passou a ser ressignificado, tornando-se um símbolo de resistência e luta. Essa ressignificação é ampliada por Mombelli (2015).

Quilombo passa a ser compreendido como algo constituído a partir de fortes laços de sentimento de pertencimento a uma comunidade, laços que transcendem os de consanguinidade e de parentesco, com valores e costumes comuns, além de identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação. Assim, a definição afasta-se completamente daquelas visões congeladas no passado – do quilombo histórico – para destacar as formas de organização social e política dessas comunidades quilombolas e de sua resistência histórica no presente momento. (Mombelli, 2015, p. 139).

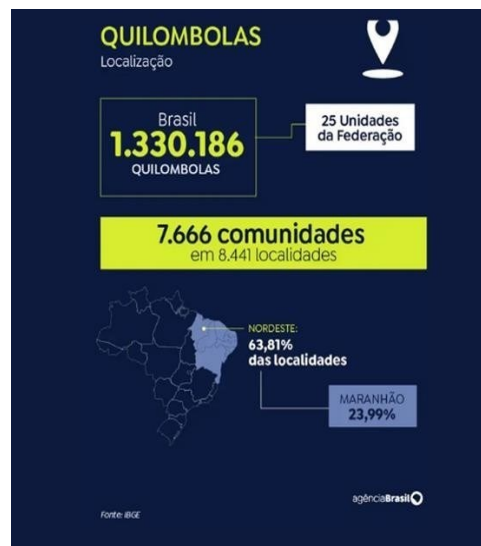
Ainda sobre o assunto, Xavier Filho (2020) destaca que o quilombo foi essencial para que os afrodescendentes reconquistassem seu papel de sujeitos na formação da sociedade brasileira, fazendo com que os conceitos de quilombo e resistência se tornassem fundamentais para compreender a história dos negros no Brasil. Nesse contexto, Leite (2000) complementa, ao afirmar que o conceito de "aquilombar-se" é reinterpretado na atualidade como uma resistência contra a discriminação, iluminando a luta pela cidadania negada, especialmente diante das estatísticas que revelam socialmente a exclusão do negro.

Gomes (2015) explica que, na década de 1980, a história dos quilombos se tornou um símbolo de luta, especialmente com a criação da Fundação Cultural Palmares. Essa entidade, vinculada ao Ministério da Cultura, tinha como objetivo implementar políticas públicas para promover a participação da população negra no

desenvolvimento do país, a partir de sua história e cultura. Nesse contexto, Batista (2019) complementa ao afirmar que o quilombo foi ressignificado pelo movimento negro, que passou a reivindicar o 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, como feriado nacional. Essa mudança substituiu o 13 de maio e fortaleceu a luta dos negros tanto durante o período da escravidão quanto no pós-escravidão.

A Figura 1 apresenta dados estatísticos sobre a quantidade de quilombolas, comunidades quilombolas e suas localizações no Brasil, com exceção do Acre e de Roraima, que não possuem localidades quilombolas. Essa pesquisa foi realizada pelo Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 1 – Quantidade de quilombolas e comunidades quilombolas no Brasil



Fonte: Agência Brasil (2024).

A Agência Brasil (2024) aponta que a maior parte das comunidades quilombolas no Brasil está localizada na Região Nordeste, com 5.386 comunidades, o que corresponde a 63,81% do total. Em seguida, estão as regiões Sudeste, com 14,75%, e Norte, com 14,55%. As regiões Sul e Centro-Oeste apresentam menores proporções, com 3,60% e 3,29%, respectivamente. O estado do Maranhão se destaca, concentrando 2.025 comunidades quilombolas, o que representa 23,99% do total (Agência Brasil, 2024).

As Comunidades quilombolas, segundo o Brasil (2020), são “grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural/urbana que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias”. Além disso, as populações quilombolas contemporâneas, são comunidades remanescentes dos antigos quilombos, formados ainda no período escravista (Brasil, 2022).

As comunidades quilombolas, conforme Fernandes (2022), formam um grupo étnico com identidade política assumida, que se organiza de forma distinta, com planos de economia, trabalho, cultura e manejo com a terra, mantendo características étnicas específicas ao longo do tempo. Macedo *et al.* (2021) reforçam que essas comunidades representam formas de coletivização de resistências no Brasil, situando-se imersas em um campo de constantes tensões e lutas. Oliveira (2014) complementa a visão que, as comunidades quilombolas urbanas costumam estar situadas nas periferias ou em áreas associadas à marginalidade, sendo historicamente estigmatizadas e deslocadas de locais.

Grossi, Cruz Júnior e Machado (2015) destacam que as comunidades quilombolas em todo o Brasil enfrentam uma negação histórica de acesso aos serviços públicos devido à ausência de reconhecimento legal pelo Estado. Fernandes (2022) complementa que, após a abolição da escravidão, os quilombolas foram excluídos do sistema político, social e econômico, permanecendo invisíveis até a Constituição de 1988, que garantiu o reconhecimento de seus valores e práticas tradicionais.

Ainda, sobre as comunidades quilombolas, Laurindo e Pizarro (2021) reforçam que, ao longo dos anos, foram criadas políticas públicas e legislações específicas para combater as injustiças cometidas contra grupos como quilombolas e indígenas. Por fim, Pereira *et al.* (2016) contextualizam que a inclusão das questões quilombolas nas pautas das políticas públicas só foi possível devido às lutas travadas por movimentos sociais, defensores da causa, intelectuais negros e membros dessas comunidades.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 183): “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. E, ainda, de acordo com Gil (2002):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (Gil, 2002, p. 44).

Para a realização deste estudo, foram conduzidas buscas nas seguintes fontes: Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Acadêmico e no catálogo do sistema de bibliotecas da UFSC. Foram identificados artigos, trabalhos apresentados em eventos, teses, dissertações e livros.

Colocando os descritores "Quilombola" e "Biblioteca", com a aplicação do operador booleano "AND" para recuperar resultados relevantes que envolvem ambos os termos, na Brapci, por exemplo, **a pesquisa resultou em seis itens**, sendo quatro artigos e dois trabalhos apresentados em eventos. Desses resultados, três incluíam uma relação estreita com a proposta temática, revelando a escassez de estudos sobre a temática, conforme apresenta-se no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Termos e resultados recuperados

Termo	Resultado Recuperado
Quilombola and Biblioteca	<p>FERREIRA, G. S.; MACHADO, E. C. A biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas: o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil. <i>In</i>: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. Anais [...]. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/102142</p> <p>SANTOS, R. R.; RODRIGUES, K. O. Vivências de estudantes quilombolas dos cursos de biblioteconomia: a análise das atividades mediadoras da informação e da leitura. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/248524</p> <p>SILVA, T. D.; AZEVEDO NETTO, C. X.; OLIVEIRA, B. M. J. F. A preservação da história e da cultura xambá através dos lugares de memória do terreiro. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2023. https://brapci.inf.br/#/v/314180</p>

Fonte: a autora.

A seguir, apresenta-se duas questões relativas à contribuição das bibliotecas para as comunidades quilombolas, abordando a relação entre a comunidade quilombola e a biblioteca como meio de preservação da herança cultural, bem como a biblioteca e sua atuação na promoção do direito à cidadania.

5 UMA ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS BIBLIOTECAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A partir da literatura recuperada sobre a comunidade quilombola e sobre a biblioteca, foram selecionadas duas questões relativas à contribuição das bibliotecas para as comunidades quilombolas: a biblioteca como aparato de preservação cultural e como fomentadora do direito à cidadania.

5.1 A comunidade quilombola e a biblioteca como preservação da herança cultural

De acordo com a Fundação Cultural Palmares ([2024]), comunidades quilombolas são entendidas como aqueles grupos com trajetória histórica própria, cuja origem se refere a diferentes situações, a exemplo de doações de terras realizadas a partir da desagregação e monoculturas; compra e terras pelos próprios sujeitos, com o fim do sistema escravista; terras obtidas na troca de prestação de serviços; ou áreas ocupadas no processo de resistência ao sistema escravista (Fundação Cultural Palmares, 2024).

Neste sentido, Silva (2023) destaca que os quilombolas, em sua maioria, são descendentes de pessoas que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e, apesar de viverem em regiões hostis, preservam suas tradições culturais, interagindo com outras comunidades e a sociedade. Esse aspecto de resistência está diretamente relacionado à ideia de "herança cultural" de Flusser (1983), que descreve as tradições e experiências de lutas políticas e sociais, transmitidas por aqueles que nos precederam.

Entretanto, conforme apontado por Silva (2012), essas comunidades ainda enfrentam desafios contínuos, especialmente na luta pela garantia de seus direitos territoriais e pela afirmação de suas identidades políticas e culturais. Nesse contexto, Rastelli (2020) afirma que os direitos culturais não se limitam ao acesso à cultura, mas também envolvem a participação e a apropriação dela. Sem o acesso e a participação, esses direitos não se concretizam e se tornam desconsiderados, o que leva à fragmentação e incompletude nos repertórios culturais dos indivíduos.

A Constituição Federal Brasileira explicita que "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (Brasil, 1988). Nesse sentido, Santana e Queiroz (2023) destacam que proteger a herança cultural desses grupos é garantir subsídios para o desenho de políticas públicas que garantam o exercício pleno da cidadania.

Para Rodrigues (2015) os conceitos de nação e patrimônio surgem da crença de que indivíduos que compartilham uma memória comum, acreditando pertencer ao mesmo grupo e ter um passado a ser preservado, devem transmitir essas lembranças às gerações futuras. Nesse contexto, Néspoli (2021) ressalta que:

Conhecer a história de resistência do povo negro brasileiro é conhecer a própria história de formação da sociedade brasileira em um processo histórico permeado de contradições. Mediante uma conjuntura social e política em que o esquecimento tem sido mecanismo ideológico de dominação, a memória tem sido estrategicamente um espaço possível de reencontrar a luta dos nossos antepassados, como uma fonte de inspiração para a construção de saberes. Essa memória está fortemente presente na cultura popular e tradicional dos povos quilombolas, em um processo contínuo de preservação do seu saber, dos seus valores e dos seus modos de vida. (Néspoli, 2021, p. 60-61).

Os quilombolas, como destaca Silva (2023), preservam uma forte conexão com a memória, pois carregam histórias de resistência e luta contra a opressão do sistema escravocrata. Através da transmissão oral de suas tradições culturais, ritos e crenças, mantêm viva a memória de seus antepassados e sua identidade. Silva *et al.* (2012) alerta que, embora a oralidade tenha o poder de preservar histórias por muito tempo e até perpetuá-las, a ausência de registro desses fatos coloca em risco a perda da memória cultural e da identidade das pessoas, que é construída ao longo dos anos por meio de seus costumes, ritos e manifestações, elementos essenciais para a definição de quem eles são.

Nesse sentido, Silva (2023) também destaca que os lugares de memória, são criados para proteger as memórias dos grupos sociais, evitando seu desaparecimento. Ao institucionalizar essas memórias, cria-se um sentimento de continuidade com suas tradições. Conforme Silveira (2010) essas instituições são:

[...] espaços físicos e/ou simbólicos que surgem no exato momento em que constatamos a impossibilidade de nossas memórias reter voluntariamente a totalidade das experiências humanas. Em função disso, fazem ressaltar a necessidade de se criar arquivos; museus; bibliotecas; coleções; monumentos; organizar celebrações públicas e pronunciar elogios funerários como recurso de articulação social dos insumos concebidos para representar coletivamente as ações que vivenciamos no mundo e que imprimimos sobre o mundo. (Silveira, 2010, p. 68).

No contexto da preservação da memória, Gomes (1982) ressalta que as bibliotecas, como criações sociais, não apenas refletem a cultura de sua origem, mas também exercem influência sobre ela ao promover valores, crenças e padrões comportamentais, sendo fundamentais para a difusão da memória e preservar a herança cultural. Complementando essa ideia, Pereira (2011) enfatiza o papel das

bibliotecas como instituições legitimadas na preservação da memória, tanto coletiva quanto individual.

A autora Cardoso (2010) destaca que a memória é um elemento essencial na construção da identidade, mas está sujeita a disputas entre lembranças e esquecimentos, o que resulta em reconstruções constantes. Nesse contexto, Gomes (2023) reforça essa ideia ao apontar que o apagamento e o silenciamento da identidade apagam os indivíduos de suas próprias memórias e ancestralidade, comprometendo a preservação de sua herança cultural. Assim, as autoras ressaltam a importância de proteger a memória como um caminho para fortalecer a identidade.

Nesse sentido, Silveira (2010) afirma que as bibliotecas, ao congregarem os diversos saberes humanos, tornam-se espaços em que herança cultural, patrimônio simbólico, tradição e memória coletiva se conectam, na tentativa de preservar o conhecimento para futuras gerações.

As bibliotecas desempenham um papel essencial como espaços educativos e formativos nas comunidades quilombolas, oferecendo aos cidadãos quilombolas oportunidades de aprender sobre a preservação histórica de seus grupos, o que fortalece sua identidade cultural e promove a valorização de suas tradições. (Silva, 2023)

Nesse contexto, Cardoso (2017) destaca que as bibliotecas, por meio de ações culturais, têm o potencial de ajudar na construção de uma identidade negra, desenvolvida de forma colaborativa com os usuários, com uma perspectiva crítica da realidade e focada na (re) construção de uma identidade negra.

5.2 A biblioteca e a promoção do direito à cidadania

Castrillón (2011) afirma que as bibliotecas têm o objetivo de contribuir para a inclusão dos cidadãos na vida social e política, criando espaços que promovam o exercício da cidadania, o que é relevante também para as comunidades quilombolas. Nesse cenário, Moncada Patiño (2006, p. 42 *apud* Rastelli, 2020, p. 31) complementa ao sugerir que as bibliotecas, para cumprir esse objetivo, podem se tornar espaços dinâmicos, incentivando práticas como palestras, debates e reuniões.

Santos e Rodrigues (2023) destaca que uma biblioteca, como um dispositivo informacional, promove debates críticos, permitindo que os indivíduos se apropriem da informação e desafiem a cultura hegemônica, o que contribui para a emancipação e o protagonismo cultural dos quilombolas. Nesse sentido, Rastelli (2020)

complementa ao evidenciar que as bibliotecas também atuam como centros de informação e cultura, contribuindo significativamente para a redução das desigualdades sociais, culturais e econômicas.

A biblioteca, nas comunidades quilombolas, desempenha um papel essencial ao fornecer acesso a informações sobre os direitos dos quilombolas e conscientizando-os da sua identidade, além de fortalecer a importância da emancipação e do protagonismo como sujeitos de direitos. Nesse contexto, Santos e Rodrigues (2023) destaca que os bibliotecários (as) como mediadores da informação devem adotar ações que fortaleçam essas comunidades, compreendendo seus saberes,

práticas culturais e memórias, para garantir o acesso à informação e apoiar o fortalecimento da identidade.

Santos e Rodrigues (2023) destaca que as comunidades quilombolas enfrentam a falta de políticas públicas, luta por seus direitos humanos, dignidade e melhores condições de vida, muitas vezes sem o apoio do Estado para implementar ações que atendam às suas necessidades. Nesse contexto, ele também afirma que a liberdade é um processo de busca pela realização plena do ser, que vai além da liberdade física, envolvendo o pensamento, a ação e a conscientização sobre as forças que oprimem, sendo essencial para a luta contra a exclusão e a opressão dessas comunidades.

Targino (1991) explica que as bibliotecas, enquanto centros organizados de informações, desempenham um papel fundamental para a conquista da cidadania, já que a informação é um fator essencial para o exercício da cidadania por todos os indivíduos contribuindo para que todos tenham acesso aos meios necessários ao pleno exercício de cidadania.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível analisar a contribuição das bibliotecas para as comunidades quilombolas, evidenciando a importância dessas instituições no fortalecimento da identidade cultural, na preservação da memória coletiva e na promoção da cidadania. Através da revisão bibliográfica realizada, constatou-se que as bibliotecas desempenham um papel crucial na construção e manutenção das culturas quilombolas, atuando como espaços de resistência e de afirmação dos direitos desses grupos sociais.

As comunidades quilombolas representam um legado essencial na construção da sociedade brasileira. Por meio de sua herança cultural, os quilombolas trazem consigo tradições e memórias que são essenciais para a formação de uma sociedade plural e inclusiva. Apesar das barreiras impostas pela exclusão social, os quilombolas demonstram resistência na luta por seus direitos territoriais, culturais e sociais, o que reforçam a importância de políticas públicas e ações que garantem sua autonomia, emancipação e valorização cultural.

A preservação da memória, identidade e direitos das comunidades quilombolas depende de um esforço conjunto da sociedade e do Estado para enfrentar desafios históricos e sociais. Nesse contexto, as bibliotecas como agências transformadoras e democráticas tem um papel essencial na preservação da memória e no fortalecimento da identidade quilombola. Atuando como espaços de educação, cultura e cidadania, elas promovem o acesso à informação, incentivam debates críticos por meio de leituras e temas que diz respeito a comunidade e ajudam na construção de uma consciência coletiva que valoriza as tradições e os saberes quilombolas.

Além disso, a mediação dos bibliotecários(as) é fundamental para compreender as práticas culturais e os saberes quilombolas, promovendo ações que assegurem a emancipação e o protagonismo desses grupos, conscientizando-os de que são sujeitos de direitos e ensinando-os a resistir às opressões de uma sociedade hegemônica.

REFERÊNCIAS

AGENCIA Brasil. **Brasil tem 7,6 mil comunidades quilombolas, mostra censo**. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-07/brasil-tem76-mil-comunidades-quilombolas-mostra-censo>. Acesso em: 26 dez. 2024.

ASSIS, M. B.; PALHARES, M. L. Biblioteca popular unilavras: biblioteca itinerante como mecanismo de promoção da cidadania, cultura e lazer. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 44, n. 3, p. 488-497, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/21381>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BARBOSA, P. C.; SCHUMA S. C. **Minas dos quilombos**. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/minas_quilombo_professor_m_iolo.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

BATISTA, P. C. **Comunicar para (r)existir: a voz que vem dos quilombos**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1637533>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BISPO, A. S. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília, DF: INCTI, 2015. Disponível em: http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf. Acesso em: 7 nov. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. **Guia de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais**. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/povos-e-comunidades-tradicionais/repositorio-de-marcos-regulatorios-de-regularizacao-fundiaria-de-povos-e-comunidades-tradicionais/federais/orgaos-publicos/sep-2022_guia-das-politicas-publicas-para-pcts.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Quilombolas**. Brasília, DF: INCRA, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 18 nov. 2024.

CARDOSO, F. C. Memória, informação e identidade negra na biblioteca pública. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: [s. n.], 2010. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/183817>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CARNEIRO, Edson. **Quilombo dos Palmares**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/75/1/302%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CRIPPA, G. Pensando o espaço público do presente: a biblioteca pública em sua função social. **DataGramZero**: Revista de Informação, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 2015. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/8404>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FERNANDES, G. F. **Políticas públicas para comunidades quilombolas**. Natal: UFRN, 2022. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/221211235.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, 1983. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/71176>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Apresenta. Brasília, DF, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/palmare/ptbr/search?origem=form&SearchableText=comunidades%20quilombolas>. Acesso em: 26 dez. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares**: histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/35013.pdf?srsltid=AfmBOoobPQJ2ScyrclNZ5PylbW2HmSxA7Xc9FPfaSRc7VfMGUvwrJjN5>. Acesso em: 16 nov. 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015. (Coleção Agenda Brasileira). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7923599/mod_resource/content/1/Gomes_Fla%CC%81vio-dos-Santos-Mocambos-e-quilombos-Claro-Enigma-_2015_.pdf. Acesso em: 16 nov. 2024.

GROSSI, P. K.; CRUZ JÚNIOR, R. F.; MACHADO, L. A. Comunidades quilombolas: o acesso às políticas públicas e a dimensão de gênero. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA, 2., 2015. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9462/2/Comunidades_Quilombo_las_O_acesso_as_politicas_publicas_e_a_dimensao_de_genero.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

IFLA; UNESCO. **Manifesto IFLA por uma biblioteca multicultural**. [S. l.]: IFLA; UNESCO, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/wqjrv6>. Acesso em: 5 nov. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LAURINDO, K. R.; PIZARRO, D. C. A importância da informação e memória no quilombo urbano Vidal Martins. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/192818>. Acesso em: 20 nov. 2024.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/os-quilombos-no-brasil-questoes-conceituais-e-normativas> Acesso em : 9 nov. 2024.

LEITE, I. B. Projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 424, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/PkRZPC6gwHRkLMMKkPxCvyd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MACEDO, J. P. *et al.* Condições de vida, acesso às políticas e racismo institucional em comunidades quilombolas. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-82202021000100001&script=sci_arttext. Acesso em: 18 nov. 2024.

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

MILANESI, L. **A casa da invenção**: biblioteca, centro de cultura. 3. ed. rev. e aum. São Caetano do Sul: Ateliê, 1997.

MILANESI, L. As bibliotecas preservam o conhecimento como extensão dos cérebros humanos. **Jornal da USP**, São Paulo, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/as-bibliotecas-preservam-o-conhecimento-como-extensao-dos-cerebros-humanos/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MOMBELLI, R. Comunidades quilombolas em Santa Catarina: resistência negra e luta pela terra. *In*: RADIN, J. C. (org.). **História da fronteira sul**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015. v. 1, p. 130-145.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 28, p. 56-63, 1996. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/28364> Acesso em: 16 nov 2024.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NÉSPOLI, D. S. S. **Expressões quilombolas**: a arte na afirmação da identidade e da memória quilombola. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/e7bd8c6c-c361-47ec-91ed-6087c2a9860d>. Acesso em: 28 nov. 2024.

OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M. As concepções de memória na ciência da informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 216-239, 2009. Disponível em : <https://cip.brapci.inf.br//download/69488>. Acesso em: 12 nov. 2024.

OLIVEIRA, F. B. As resistências dos Quilombos no Brasil. **Portal Geledés**, São Paulo, 12 out. 2014. Disponível em: https://www.geledes.org.br/resistencias-dos-quilombos-brasil/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAi_G5BhDXARIsAN5SX7rA0P0q1E4u1r_OWc--RlvTH3QHht4euWh5B-9SSsbHH-NU-hQgzfYaAiFiEALw_wcB. Acesso em: 19 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Manifesto de la Unesco sobre la biblioteca pública**. Paris: UNESCO, 1994.

PEREIRA, C. C. M. *et al.* Mediação da informação em comunidades quilombolas. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas**, Portugal, v. 3, esp., 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/210176>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PEREIRA, C. C. M. **Mitos da cultura africana**: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatua. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3982>. Acesso em: 30 nov. 2024.

RASTELI, A.; CALDAS, R. F. Mediação cultural na biblioteca pública para a cultura de paz e integração social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Cristóvão, v. 4, n. 2, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/72805>. Acesso em: 12 nov. 2024.

RIBEIRO, C. S. As necessidades informacionais dos usuários: um estudo na biblioteca pública de Mauriti. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/69617>. Acesso em: 12 nov. 2024.

RODRIGUES, M. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, 2015. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/87953>. Acesso em: 1 nov. 2024.

SANTANA, F. W. S. F.; QUEIROZ, P. R. C. Memória social dos quilombos do cariri: um acervo virtual em construção. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas**, Portugal, n. 19, 2023. Disponível: <https://brapci.inf.br/#/v/226824>. Acesso em: 8 nov. 2024.

SANTOS, R. R.; RODRIGUES, K. O. Vivências de estudantes quilombolas dos cursos de biblioteconomia: a análise das atividades mediadoras da informação e da leitura. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2023. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/248524>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SHERA, J. H. **Foundations of education for librarianship**. New York: Becker & Hayes, 1972.

SILVA, A. C. P. O. **Biblioteca pública do povão?**: exclusão social da informação nas bibliotecas públicas do Estado de Santa Catarina nas representações de seus dirigentes. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/178967>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, A. C. P. O. **É preciso estar atento**: a ética no pensamento expresso dos líderes de bibliotecas comunitárias. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95684/299942.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, A. P. C.; CAVALCANTE, L. E. Expressões da memória, cultura e mediação na biblioteca comunitária. . *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**.

Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/103408>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SILVA, A. S.; LIMA, G. S. Construindo a visibilidade da cultura negra: ações socioeducativas para combater o racismo nos espaços informacionais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, São José, v. 24, n. 2, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/120782>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, D. H.; SILVA, A. K. A. Biblioteca itinerante “Livro em Roda”: a leitura como um exercício da cidadania rumo à sociedade aprendente. **Biblionline**, Recife, v. 1, n. 2, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/581>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, T. D. **A construção da memória e da identidade cultural na comunidade quilombola do terreiro Nação Xambá em Olinda, Pernambuco, Brasil**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/30705/1/ThiagoDanielDaSilva_Dissert.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

SILVEIRA, F. J. N. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/36123>. Acesso em: 30 nov. 2024.

TARGINO, M. G. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, 1991. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/75418>. Acesso em: 1 nov. 2024.

TARGINO, M. G.; TORRES, N. H.; ALVES, C. A. Informação e cidadania: relação construída via biblioterapia no âmbito da biblioteca pública. **CRB8 Digital**, São Paulo, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/10106>. Acesso em: 12 nov. 2024.

XAVIER FILHO, J. L. Do kilombo ao quilombo: uma breve análise historiográfica quilombola da África ao Brasil e a valorização das memórias, oralidades e história oral nas comunidades remanescentes atuais. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 19., 2020, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1599584773_ARQUIVO_84969bb29452cf747b160084b0d42490.pdf. Acesso em: 03 nov. 2024.